EXECUÇÃO PENAL

INTRODUÇÃO

- “A prisão é uma tumba em que se enterram os vivos” (Battaglini)
- “*prender para libertar*” (Roberto Lyra) > contradição em termos e pretensão ilógica

“libertar” dos elementos que ensejaram a atividade delitiva

Realidade Prisional > perspectiva de redução de danos (diminuir dor e marginalização)

SUPERENCARCERAMENTO

- A população carcerária no Brasil conta com aproximadamente 819 mil presos (entre condenados e provisórios). Número que em 2004 era de 336 mil, ou seja, mais que dobra em 15 anos
- Confronto outros países da América Latina:
 - Uruguai (10 mil); Venezuela (54 mil); Peru (79 mil); Paraguay (10 mil); Equador (26 mil); Colômbia (108 mil); Chile (43 mil); Bolívia (16 mil); Argentina (75 mil); México (217 mil)
 - Velocidade
 - Grupos atingidos
 - Tráfico de Drogas

SUPERENCARCERAMENTO

- Dentro do sistema carcerário brasileiro cabem quase 4 vezes o sistema penal mexicano (maior da América Latina após o Brasil)
- O México tem uma população de 127 milhões de pessoas, quase metade do número de pessoas do Brasil

SUPERENCARCERAMENTO

- Se juntarmos toda a população carcerária de países vizinhos como Argentina, Bolívia, Venezuela, Uruguai, Equador e Paraguay teremos um número inferior ao de presos do estado de São Paulo (250 mil encarcerados)
- São Paulo tem 44 milhões de pessoas, aproximadamente a mesma população da Argentina

Qual o sentido da Execução Penal?

ELEMENTOS GERAIS

- **Execução Penal** > volta-se para o *futuro* (cumprimento do título executivo + integração do condenado)
- **Processo de Conhecimento** > volta-se para o *passado* (“verdade real” > descobrir o que/como aconteceu + atribuir responsabilidade)

Necessidade de distanciar a execução concreta da pena do fato que originou o título executivo

Garantir aos condenados os meios necessários para a participação na comunidade

ELEMENTOS GERAIS

- A Execução Penal se materializa como processo público e autônomo
- **Ação Pública** > relação de direito público > impossível se falar numa execução penal privada (LEP não contempla a participação da vítima no processo executivo)
- **Jurisdição Especializada** > juízo separado do conhecimento (distanciamento + particularidades)

No processo penal só existe o título executivo judicial

Como a Execução Penal tem início?

TÍTULO EXECUTIVO

- Sentença penal condenatória (definitiva ou provisória) devidamente comunicada ao juízo de execução penal
- Comunicação > expedição de **Guia de Recolhimento** (ato de comunicação entre o juízo de conhecimento e de execução)

**Só há execução criminal com esses elementos:
título executivo + devidamente comunicado**

TÍTULO EXECUTIVO

- **Execução Penal** > é o cumprimento de um título executivo juridicamente válido (apto a ser executado)
- O título executivo deve estar de acordo com a lei penal, constituição federal, tratados de direitos humanos e não ter sido atingido pela extinção da punibilidade

TÍTULO EXECUTIVO

E as Medidas de Segurança?

→ A execução penal pressupõe a existência de uma sanção penal concreta (pena ou medida de segurança)

→ Sentença Condenatória ou Absolutória Imprópria

Nem toda restrição da liberdade enseja execução penal (vide prisão por pensão alimentícia e prisão preventiva sem condenação)

TÍTULO EXECUTIVO

- O título executivo é ao mesmo tempo **requisito** e **limite** para a execução penal
- **Art. 1º da LEP** (“A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal”)
- **Art. 3º da LEP** (“Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”)

O que se realiza durante o processo de execução?

OBJETOS DA EXECUÇÃO PENAL

- **Objeto da Execução** > título executivo penal (SC ou AI)
- **Penas** > privativas de liberdade (RF; RSA e RA); restritivas de direitos e multa
- **Medidas de Segurança** > tratamento ambulatorial ou internação

OBJETOS DA EXECUÇÃO PENAL

- Exercício concreto do *ius puniendi* estatal
- Trata-se de uma execução forçada (coercitividade)
- O poder judiciário deve verificar a correlação entre o título executivo (**programa punitivo**) e a execução concreta (**cumprimento individualizado**)

OBJETOS DA EXECUÇÃO PENAL

→ A LEP é responsável por administrar a magnitude da pena e a sua forma de cumprimento + “atender aos interesses da coletividade”

Crítica: Concepção Perigosa > noção contramajoritária do Poder Judiciário

OBJETOS DA EXECUÇÃO PENAL

O que pode ser viabilizado durante a execução penal?

- i) progressão de regime
- ii) livramento condicional
- iii) indulto/comutação
- iv) remição da pena
- v) autorizações de saída
- vi) providências diversas
- vii) extinção da punibilidade

A concretização da pena pode ser mais dura ou mais suave aos condenados conforme o curso da execução penal

Guia de Recolhimento

ELEMENTOS GERAIS

→ **Guia de Recolhimento** > documento processual que dá início à execução penal

Artigos 105, 106 e 107 da LEP

Resolução 113/2010 do CNJ (artigos 8 e 11) > expedição de guia

→ *Negativa do juiz do conhecimento expedir a guia de recolhimento > error in procedendo > passível de correção parcial ou HC*

→ Muito comum a demora dos cartórios em expedirem a guia

FUNÇÕES DA GUIA DE RECOLHIMENTO

- i) garantia individual possibilitando a execução da pena
- ii) instrumento do título executivo, não permitindo que a execução extrapole o contido na sentença
- iii) orienta a individualização da pena
- Somente a após a guia que o juiz das execuções pode iniciar o controle da execução

Necessidade de retirar o condenado do limbo processual/procedimental (estar condenado, mas sem ter a quem recorrer para pleitear direitos)

ESPÉCIES DE GUIA

- **Guia Definitiva** > trânsito em julgado
- **Guia Provisória** > condenação que ainda não transitou em julgado (se o sentenciado estiver preso)
- Havendo alteração da pena deve ser feita a retificação do cálculo

Guia = Condenação + Sentenciado Preso

*Onde deve correr o Processo
de Execução?*

COMPETÊNCIA

- No local onde o sentenciado está preso
- **Aspecto Ambulatorial** > a execução segue o/a sentenciado/a
- Vide Súmula 192 do STJ

“Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a Administração Estadual”

COMPETÊNCIA

- Confronto com a regra disposta no artigo 65 da LEP
> regra incompleta, pois indica que a execução seria de competência do juiz que prolatou a sentença
- Exposição de motivos da LEP (item 107) > a pena deve ser executada na comarca onde o delito se consumou

Necessidade de se fiscalizar o sistema prisional e garantir a oitiva do sentenciado nos casos previstos em lei

RAJ's /Super Vec's

Princípios de Contenção do Poder Punitivo

PRINCÍPIO DA HUMANIDADE

- **Conceito:** Precedência/ascendência do indivíduo em face dos objetivos e práticas estatais em sede de cumprimento de pena, **visando se reduzir ao máximo os danos individuais provocados pelo cárcere**
- Fazer um contraponto às tendências desumanizadoras na execução penal (redução dos presos a categoria de não pessoas)

Conter os danos e a irracionalidade do poder punitivo
Evitar a produção de danos físicos/morais
desnecessários

PRINCÍPIO DA HUMANIDADE

Funções

→ Fazer um contraponto às tendências desumanizadoras na execução penal (redução dos presos a categoria de não pessoas)

Conter os danos e a irracionalidade do poder punitivo

Evitar a produção de danos físicos/morais desnecessários

PRINCÍPIO DA JURISDICIONALIDADE

- Devido Processo Legal na execução penal
- Exige que um Juiz de Direito conduza o processo de execução e não a autoridade administrativa
- Romper com uma execução penal meramente administrativa, dando prevalência aos direitos e garantias individuais

Quem deve manter a justiça e a garantia dos direitos é o Poder Judiciário

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Toda forma de agravar as condições da pena deve passar pelo crivo da legalidade
- O que abarca sanções e faltas disciplinares, bem como os demais incidentes de execução
- Tudo na execução deve ser legalmente previsto + estritamente interpretado

**Instrumento de contenção do arbítrio
administrativo/judicial**

PRINCÍPIO DA NÃO MARGINALIZAÇÃO

- O recluso deve ser entendido como sujeito de direitos
- O encarceramento gera uma situação de vulnerabilidade
- Diante disso, surge a necessidade de maior tutela, **discriminação positiva e segurança por parte do Estado aos presos** (durante e após a execução da pena)

**Equalizar as relações jurídicas na execução penal
(entre o Estado e o indivíduo)**

PRINCÍPIO DA NÃO MARGINALIZAÇÃO

- Redução dos danos causados pela experiência carcerária
- Superar a ideia, historicamente arraigada, que os presos devem experimentar sofrimento maior do que as pessoas livres

Princípio da Less Eligibility: para a classe trabalhadora a opção pelo cárcere deve ser a “menos elegível”

PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

- Considerar: a) experiência social; b) oportunidades e c) assistência social
- Chave interpretativa para compreender os processos de reintegração social, especialmente para evitar que sejam compreendidos como anulação do indivíduo

Enxergar o preso como indivíduo concreto, levando em conta suas reais necessidades, como sujeito de direitos e não como objeto da execução penal

PRINCÍPIO DA TRANSCENDÊNCIA MÍNIMA

- A pena e seus efeitos devem atingir o mínimo possível às pessoas que mantêm relações com o sentenciado (familiares e/ou de afeto)
- Visão realista do sistema penal > não há intrascendência

**Diminuir a transcendência dos efeitos da pena aos familiares/amigos do preso (pex: restrição de visitaçã
como forma de punição)**